

DPOLITIK

Edição 2 (julho/agosto), ano I

O Brasil vai virar a Venezuela?

As democracias da América do Sul são recheadas por histórias conturbadas e líderes polêmicos. Estaria agora o Brasil aproximando-se ao regime de seu vizinho bolivariano?



prefácio

DPolitik é uma revista feita por internacionalistas para estudantes de Relações Internacionais, assim como para futuros estudantes, internacionalistas ou qualquer pessoa que tenha interesse nos assuntos que envolvem as relações internacionais e quer ter acesso a análises do cenário internacional, mas também do nacional. Nós procuramos trazer os temas mais pertinentes do momento, deixando nossos leitores bem informados, mas também de uma maneira divertida! Por isso, usamos muitos gráficos, imagens e damos dicas para que você se divirta enquanto usa conceitos internacionalistas!



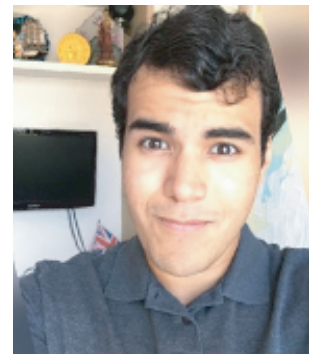
E aqui estamos nós, os internacionalistas responsáveis por esta edição do DPolitik!



Bianca Mendes



Barnabé Lucas



Caio Ponce de Leon

Esperamos que você tenha uma ótima leitura desta primeira edição do DPolitik e que as informações e análises trazidas aqui possam ser úteis para você!

Para mais informações acesse dpolitik.com.br !
Você também pode nos seguir nas redes sociais:
Instagram: [@dpolitik.br](https://www.instagram.com/dpolitik.br)
Twitter: [@dpolitik_br](https://twitter.com/dpolitik_br)
Facebook: DPolitik
ou escreva-nos um email pelo endereço:
contato@dpolitik.com.br !



índice

Veja abaixo os assuntos e onde encontrá-los nesta edição do DPolitik!

- 4 **além do mainstream**
“A condução política do Governo Federal em meio à crise sanitária no Brasil” - artigo de nosso colunista mestrando Barnabé Lucas
- 6 **teoRIas**
o realismo
- 8 **seção da capa**
análise da crise das democracias na América do Sul
 - 10 “como morrem as democracias”
 - 12 o caso venezuelano
 - 14 o caso brasileiro
 - 16 análise “o Brasil vai virar a Venezuela?”
- 17 **ampliando conhecimento**
populismo vs. neopopulismo?
- 18 **outdooRI**
divulgação de artigos e livros da área
- 19 **bizarRI**
situações bizarras no mundo durante a pandemia do novo coronavírus
- 20 **RI além das RI**
análise do seriado animado “Avatar: a Lenda de Korra” sob as lentes das RI
- 22 **nem só de texto se vive**
indicações de filmes, séries e jogos que envolvem temáticas das RI



Nosso colunista internacionalista e mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais Barnabé Lucas trata sobre a condução da pandemia do coronavírus pelo do Governo Federal brasileiro.

Quando o coronavírus chegou ao Brasil, alguns questionaram: qual será o impacto que um vírus altamente contagioso provocará em um país de dimensões continentais marcado pela desigualdade? Passados quase seis meses, é seguro dizer que o coronavírus desnudou a desigualdade característica da nossa sociedade, assim como expôs algumas fragilidades na condução da política nacional.

Três fatores – dois fatores estruturais e um conjuntural – são essenciais para pensar em como o Brasil chegou a maior tragédia sanitária da sua história, são eles: desigualdade social, favelas e condução política da crise.

Os dois primeiros fatores estão relacionados àquilo que a literatura especializada chama de Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Os DSS expressam o conceito bastante generalizado de que as condições nas quais os indivíduos nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem são determinantes na condição de saúde dos mesmos.

No que diz respeito à desigualdade social, o último relatório de desenvolvimento humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) colocava o país como o sétimo mais desigual do mundo, ficando atrás apenas de nações do continente africano. Quanto às favelas, o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimava que cerca de 11,4 milhões de pessoas moravam em favelas.

Esses dois primeiros fatores são menos passíveis de resolução em meio a uma crise, uma vez que são questões que só podem ser modificadas ao longo de gerações e com um forte investimento em

políticas públicas. Portanto, na impossibilidade de mudar os problemas históricos, o terceiro fator – condução política da crise – desempenharia um papel central no combate ao coronavírus, visto que é o único determinante que pode ser ajustado em curto prazo.

Porém, observa-se que a condução política da crise foi, e tem sido, precária por três motivos. Primeiramente, as grandes medidas de combate ao coronavírus não nasceram no Governo Federal. O Auxílio Emergencial, que tem sido a política de alívio aos impactos sociais e econômicos do coronavírus mais destacada, foi idealizado pelo Congresso Federal. Quanto às medidas de isolamento e distanciamento social, estas foram, em sua maioria, tomadas pelos governadores e prefeitos.

“ No horizonte de curto prazo, apenas uma mudança da condução política poderia evitar o aprofundamento dos impactos causados pelo vírus no país.

O segundo motivo diz respeito ao fato do Governo Federal nunca ter apresentado um plano de combate ao coronavírus que fosse capaz de articular a atuação da esfera

federal com os governadores e prefeitos. Ao invés disso, distanciou-se de qualquer tipo de diálogo com os entes federativos.

Por fim, o Ministério da Saúde – que deveria ser o grande condutor do país em meio a uma crise de saúde pública – ficou marcado por inúmeras crises, que derrubaram dois ministros e deixaram a saúde brasileira sob o comando de um general com pouca experiência na área de saúde. Hoje, o país caminha aceleradamente aos 100 mil brasileiros mortos pela Covid-19. No horizonte de curto prazo, apenas uma mudança da condução política poderia evitar o aprofundamento dos impactos causados pelo vírus no país.

Estude Relações Internacionais e Ciência Política no ponto mais oriental das Américas

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) abrirá o processo seletivo para curso de mestrado em setembro para as linhas de Teoria e Pensamento Político, Instituições e Análise Política, Política Externa, Cooperação e Desenvolvimento e Segurança, Estudos de Paz e Ordem Internacional. Devido à pandemia, o processo ocorrerá remotamente online. Aproveite esta chance!

imagem: Google Maps



Para mais informações, acesse o portal oficial do programa em:
<http://www.cchla.ufpb.br/ppgcpri>

Dentro da área de estudo das Relações Internacionais, deparamo-nos logo de início com o chamado “primeiro debate”. Este nada mais é do que o debate teórico entre os chamados “realistas” e os “idealistas”. Todos os alunos de RI que iniciam seus estudos pela disciplina de Introdução às Relações Internacionais (IRI) começam estudando alguns autores que volta e meia voltarão como fonte de análise posteriormente.

De fato, a escola realista das RI é uma das mais influentes e mais estudadas na área. O realismo foi a teoria dominante das RI do início da área como um campo de estudo autônomo da área das Ciências

Sociais nos anos 1920 até mais ou menos os anos 1990, quando foi posto em xeque pela impossibilidade em explicar o porquê da queda da União Soviética.

O realismo das RI, porém, se liga a uma escola realista da ciência política que é bem mais antiga do que sua área de estudo. Por isso, ao se falar de realismo nas RI, é necessário também ir mais além dos autores que tentam descrever o sistema internacional e a relações entre os Estados. Abaixo, alguns autores realistas que compõem o pensamento realista das Relações Internacionais e alguns dos conceitos defendidos por eles.

Nicolau Maquiavel

Maquiavel (1469-1527) pode ser considerado o primeiro realista político. Com sua obra “O Príncipe” (1532), o florentino descreve como um príncipe, ou chefe de Estado, deve se portar para governar seu reino. Indo além, Maquiavel produziu um manual de

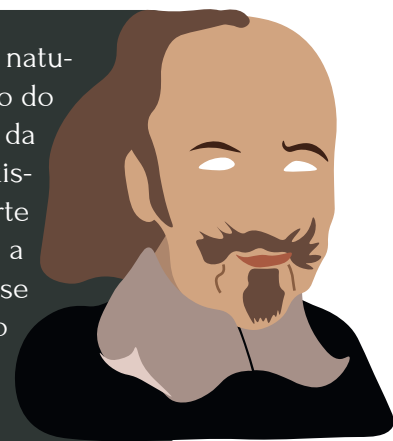
governança onde também explica o funcionamento dos tipos de Estado (dividindo-os em principados e repúblicas, por exemplo) e como governantes devem se portar para manter o controle de territórios de uma maneira eficaz. Termos centrais da obra de Maquiavel são a virtude (*virtù*) e a sorte (*fortuna*).



Thomas Hobbes

Hobbes (1588-1679) foi um grande realista do século 16-17. Em uma de suas obras mais conhecidas, “Leviatã” (1651), Hobbes descreve a formação do Estado por meio do contrato social – o que lhe garante o lugar entre os chamados contratualistas. Hobbes defende um Estado absolutista governado por um monarca ao qual as

peças abrem mão de seus direitos naturais a fim de preservar sua vida, saindo do estado de natureza. O ponto focal da teoria de Hobbes para o Estado é a existência de uma autoridade central forte que mantenha a ordem evitando a guerra civil. Hobbes popularizou a frase do dramaturgo romano Plauto “o homem é lobo do homem”.



Edward H. Carr

Carr (1892-1982) contribuiu para o campo realista das Relações Internacionais por meio de seu conhecido livro “Vinte Anos de Crise” (1939), pelo qual se dá o começo

do “primeiro grande debate” da disciplina. Carr divide dois grupos de teóricos das RI: os realistas (os quais ele defende) e os os utópicos/idealistas (os quais ele acusa).



Hans Morgenthau

Morgenthau (1904-1980) também se tornou um famoso realista no campo das RI delimitando a teoria e diferenciando-a das demais. Em “A Política entre as Nações” (1948), o autor delimita os “seis princípios do realismo político”, afirmando que ele é governado por leis objetivas;

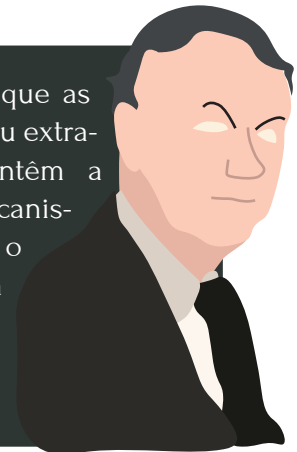
é definido em termos de poder que é exercido de maneira racional pelos atores políticos; que a moral da ação política é definida pelas circunstâncias e pelo espaço e tempo – o que significa também que o realismo se recusa a identificar as aspirações morais de nações específicas. Morgenthau acreditava que a balança de poder formada entre os Estados poderia levar à paz no sistema internacional.



Hedley Bull

Bull (1932-1985) é mais um autor realista que teve importantes contribuições para o campo realista das RI. Em seu livro “A Sociedade Anárquica” (1977), Bull conceitua a ordem na política internacional e descreve como ela se dá entre os Estados que vivem em um estado de anarquia internacional, visto que não há uma autoridade

superior aos Estados. Bull acredita que as regras que se formam oficialmente ou extra-oficialmente entre os países mantêm a ordem internacional. Entre os mecanismos descritos por Bull, encontra-se o equilíbrio de poder que manteria a ordem internacional mesmo sem regras formais.



○ O realismo analisa o sistema internacional tendo como base:

1
Visão pessimista da natureza humana
aceita-se que os humanos são motivados primariamente pelo interesse próprio e não por interesses morais maiores



2
O Estado é o único ator nas Relações Internacionais



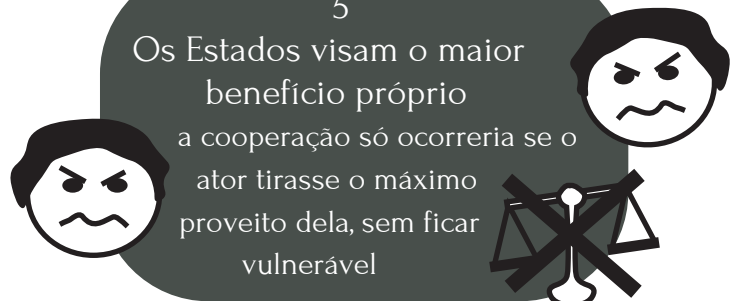
3
A anarquia internacional gera desconfiança entre os atores



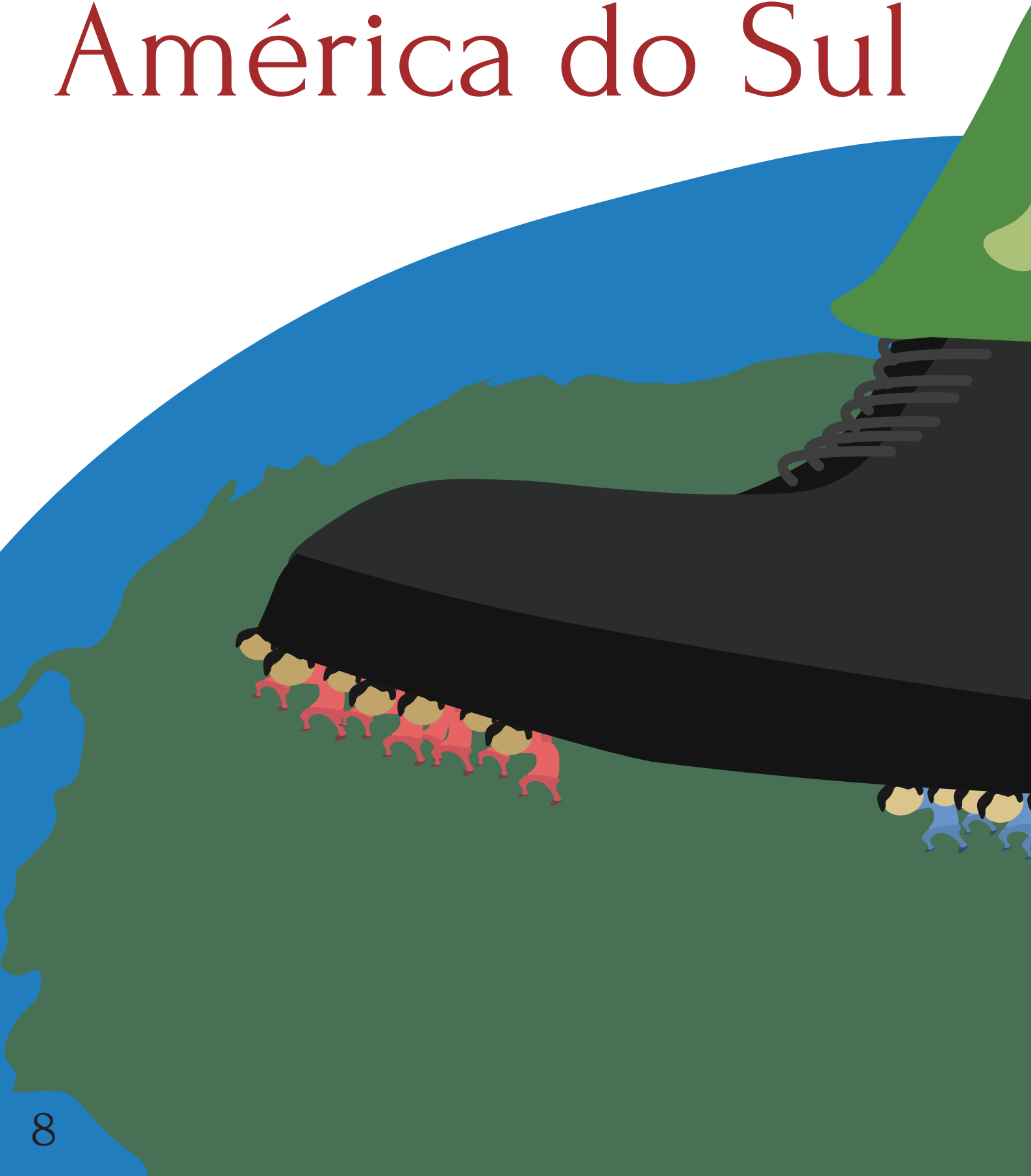
4
A balança de poder internacional pode manter a paz e, quando ela pesa para algum lado, a guerra provavelmente eclodirá




5
Os Estados visam o maior benefício próprio a cooperação só ocorreria se o ator tirasse o máximo proveito dela, sem ficar vulnerável



Crise das democracias na América do Sul





Os anos 2000 trouxeram novas turbulências às democracias sul-americanas. Em particular na Venezuela e no Brasil, a situação parece se espelhar de ambos os lados do espectro político

acompanhe nas próximas páginas a análise dos dois países com base no sistema dos candidatos autoritários definidos pelos professores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

Como as democracias morrem?

Lançado em meio às crescentes discussões a respeito dos movimentos políticos que ameaçam a democracia, “Como Morrem as Democracias” logo se tornou um sucesso mundial na temática. A força da obra dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt reside na simplicidade, sem perda substancial de conteúdo, com a qual os autores respondem ao questionamento central do livro: como as democracias entram em colapso?

Embora seja uma obra formulada, principalmente, a partir das problemáticas da democracia norte-americana, “Como Morrem as Democracias” possui contribuições que extrapolam o contexto estadunidense do século XXI. A partir das discussões conduzidas por Levitsky e Ziblatt, é possível questionar a erosão das democracias em outros tempos e em outros espaços geográficos.

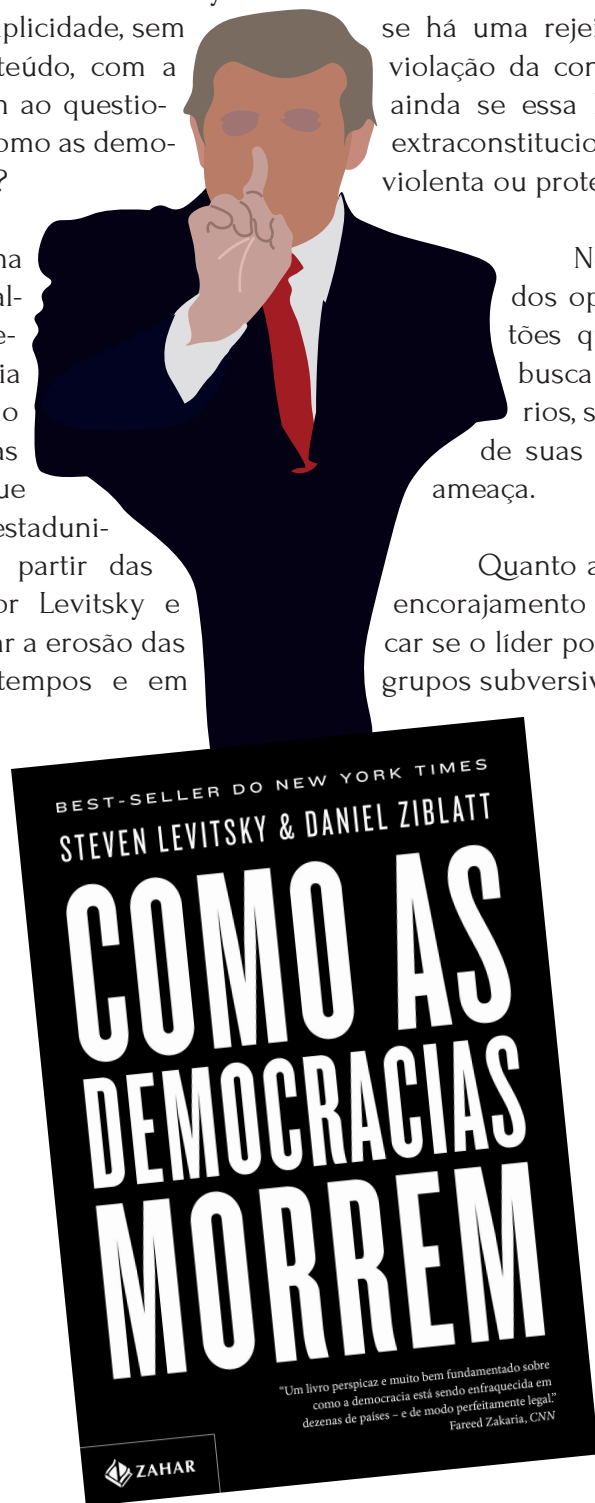
A principal contribuição dada pela obra possivelmente é o seu quadro contendo quatro indicadores capazes de nos ajudar no reconhecimento de comportamentos autoritários que ameaçam a democracia. São eles: (1) rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); (2) negação da legitimidade dos oponentes políticos; (3) tolerância ou encorajamento à violência; e (4) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive mídia.

Para cada um dos indicadores, Levitsky e Ziblatt colocam uma série de perguntas que facilitam a compressão a respeito dos comportamentos autoritários. No primeiro indicador – rejeição das regras democráticas – os autores questionam, por exemplo, se há uma rejeição explícita ou uma disposição à violação da constituição por parte da liderança ou ainda se essa liderança endossa o uso de meios extraconstitucionais (golpe militar, insurreição violenta ou protesto de massa) para mudar o governo.

No indicador “negação da legitimidade dos oponentes políticos”, são postas questões que visam responder se a liderança busca a desqualificação de seus adversários, seja por meio de acusações a respeito de suas condutas ou por associá-los a uma ameaça.

Quanto ao terceiro indicador – tolerância ou encorajamento à violência – é fundamental identificar se o líder possui laços com forças paramilitares e grupos subversivos, se há estímulo de ataques a oponentes ou da utilização de qualquer outro tipo de violência aos grupos que eventualmente sejam oposição ao líder e aos seus partidários.

Por fim, as perguntas envolvendo a propensão do líder a restringir liberdades civis de oponentes dizem respeito aos apoios que o líder possa ter a leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, ameaças legais ou ações punitivas contra seus críticos e a apreciação de medidas restritivas tomadas por outros governos.



Quatro principais indicadores do comportamento autoritário de Levitsky e Ziblatt

1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso fraco com elas)

Os candidatos rejeitam a constituição ou expressam disposição em violá-la? Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas - cancelar eleições, violar a constituição, proibir organizações políticas? Buscam usar, ou endossar o uso de, meios extraconstitucionais para mudar o governo (como golpes ou protestos de massa para mudar o regime)? Tentam minar a legitimidade das eleições (recusando-se a aceitar resultados eleitorais)?

2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos

Descrem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional vigente? Afirmam que seus rivais são uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida atual da sociedade? Descrem, sem fundamentação, os rivais como criminosos desqualificando-os do pleito político? Ainda, sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam aliados de estrangeiros que trabalham secretamente em aliança com um governo inimigo?

3. Tolerância ou encorajamento à violência

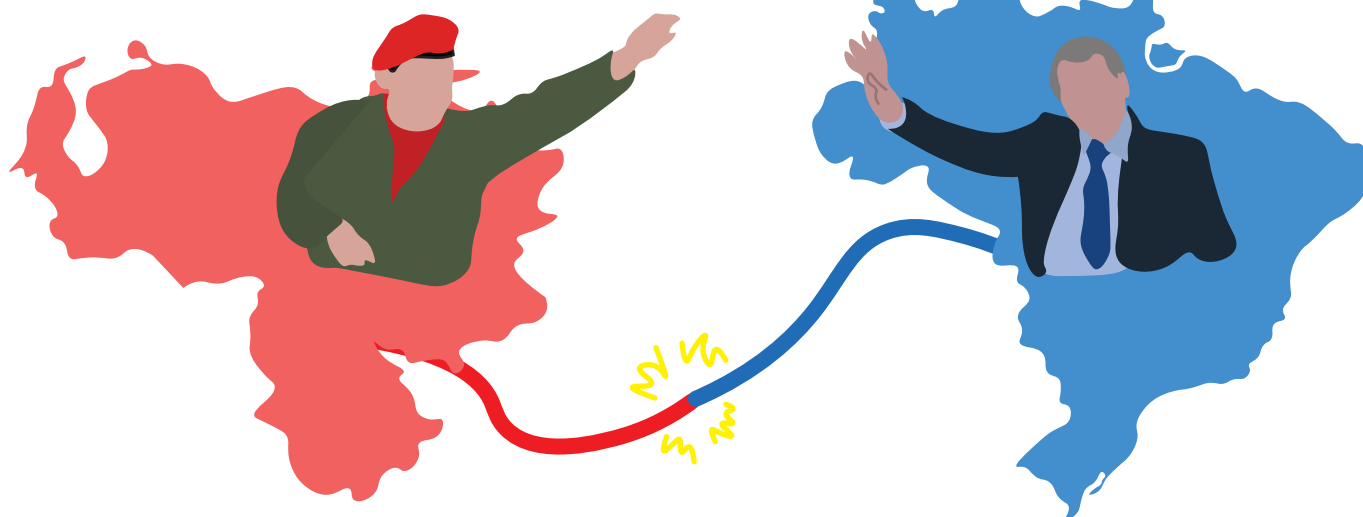
Os candidatos têm laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações? Patrocinam ou estimulam, eles ou seus partidários, a atacar multidões contra oponentes? Endossam a violência de seus apoiadores, recusando-o a condená-los e puni-los de maneira categórica? Elogiaram, ou se recusaram a condenar, outros atos de violência política no passado ou em outros locais do mundo?

4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia

Apoiam leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansão de leis de calúnia e difamação ou mesmo proíba protestos e críticas ao governo? Ameaçam tomar medidas legais ou outras ações judiciais contra rivais, na sociedade civil ou na mídia? Elogiam medidas repressivas tomadas por outros governantes, sejam no passado ou noutros cantos do mundo?

Nesta edição, usamos os pontos elencados pelos autores de “como morrem as democracias?” para analisar dois casos de instabilidade democrática no Cone Sul: a Venezuela e o Brasil. A Venezuela, já apresentada na mídia sob diversas luzes e que vem causando debates entre acadêmicos, pode representar o futuro do Brasil. O país entrou num curso de instabilidade política desde os protestos de 2014 que, mesmo iniciando como um movimento

espontâneo da sociedade, foi cooptado, e teve suas forças canalizadas, por grupos de direita que levou ao impedimento da presidente Dilma em 2016 e, eventualmente, à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, com um discurso anti-establishment e autoritário. A análise buscará apontar em que pontos as personalidades de Hugo Chávez e Jair Bolsonaro se encaixam nos indicadores de Levitsky e Ziblatt, seguindo de um breve histórico dos líderes.



Caso da Venezuela


Hugo Chávez foi uma figura polêmica nos noticiários internacionais e também dentro de seu país, a Venezuela. Mas falar sobre o ex-líder venezuelano não é uma tarefa fácil, visto que seu movimento bolivariano é um movimento político singular. Categorizado como um movimento populista, o bolivarianismo de Chávez é uma salada mista que envolve militarismo, messianismo, catolicismo e socialismo. Chávez, militar que causou alvoroço no exército de seu país, baseou seu movimento na figura de Simón Bolívar, chamado por alguns de “George Washington” da América do Sul, que foi também um militar que liderou a

independência de vários países sul-americanos do jugo da coroa espanhola no século XIX. Bolívar, porém, também só veio ser associado à esquerda depois da ligação cristalizada em seu movimento “bolivariano”.

Chávez, assim, criou um movimento heterogêneo, mas forte. Como o sistema de Levitsky e Ziblatt é usado para identificar candidatos com viés autoritário, são apresentadas abaixo algumas passagens de Chávez antes de ser presidente e no começo de sua presidência, visto que entre o período que foi eleito pela primeira vez, em 1999, e o começo dos anos 2000, ele ainda estava se consolidando no poder e votações importantes aconteceram, fazendo com que ele se portasse como um candidato em boa parte desse tempo.

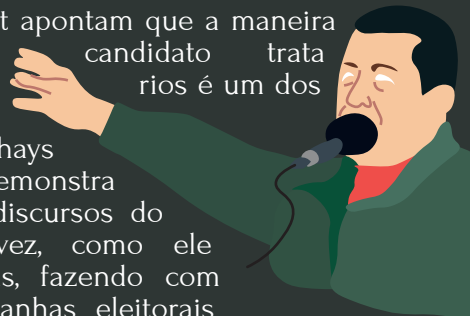
Chávez à luz dos indicadores de Levitsky e Ziblatt

1 Rejeição das regras democráticas




Os autores escrevem que os candidatos que expressam disposição em violar a constituição, tomar medidas antidemocráticas ou minar a legitimidade das eleições. Chávez, antes mesmo de ser candidato, orquestrou um golpe de Estado em 1992. O golpe falhou e Chávez ficou preso até 1994, quando foi anistiado pelo presidente em exercício, Rafael Caldera Rodríguez. Chávez tornou-se popular após aparecer na televisão rapidamente para pedir que seus co-conspiradores abaixassem as armas. Contudo, Chávez decidiu seguir o caminho das eleições e, em 1997, criou o Movimento 5ª República e disputou as eleições presidenciais em 1998.

2 Negação de legitimidade dos oponentes




Levitsky e Ziblatt apontam que a maneira pela qual o candidato trata seus adversários é um dos traços de um autoritário. Thays Adrián (2013) demonstra por meio dos discursos do candidato Chávez, como ele criou dicotomias, fazendo com que suas campanhas eleitorais tenham se tornado uma luta entre “o povo” e a “elite”, aqueles que roubaram o país, que são contra a democracia, polarizando os lados entre “o bem e o mal”. Desta maneira, os oponentes políticos são apresentados como subversivos e opostos à ordem que seria correta, aquela pregada pelo bolivarianismo.

3 Tolerância ou encorajamento à violência



Este é o ponto que pode causar mais polêmica, já que o discurso inflamado do candidato Chávez não tenha levado à violência - ao menos não diretamente. No entanto, no que se refere à associação com forças paramilitares ou milícias, pode-se mencionar o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) fundado por Chávez em 1982. O MBR foi um movimento revolucionário militar de extrema-esquerda - já sendo uma evolução do Exército Bolivariano Revolucionário. Os membros fizeram parte do golpe de Estado de 1992 que falhou. Em 1997, o MBR-200 deu lugar ao Movimento 5ª República para que os militares anistiados, entre eles Chávez, pudessem concorrer nas eleições.

4 Propensão a restringir liberdades



Neste ponto, o candidato Chávez não marcaria nenhum ponto nas características do caráter autoritário. Por mais inflamados que fossem os discursos polarizantes de Chávez durante suas campanhas, caracterizando seus oponentes como inimigos da pátria e do povo, enquanto candidato, ele não falou abertamente a favor de leis de calúnia ou ameaçou tomar medidas legais contra críticos e rivais políticos. Durante seu governo, porém, não faltaram críticas à mídia e denúncias de desrespeitos à liberdade de expressão.

Chávez foi presidente da Venezuela durante um período quase ininterrupto de 1999 a 2013, quando morreu de câncer. Durante esse período de 14 anos, ele passou por uma tentativa de golpe de Estado em 2002 e foi motivo de discordâncias dentro de seu país e críticas interna e externamente.

Aclamado por muitos como líder de uma revolução democrática e denunciado como ditador, Chávez dividiu opiniões na área acadêmica. Abaixo, veja um pequeno histórico de sua vida política.

Fevereiro de 1992



Chávez falha em sua tentativa de golpe de Estado por falta de meios de comunicação e por não ter conseguido sequestrar o presidente, que estava fortemente guardado. Em rede nacional, ao vivo, o então tenente afirmou que “infelizmente, por agora, os objetivos que determinamos para nós mesmos não foram alcançados na capital”. Chávez assumiu responsabilidade pelo golpe e foi preso. Sua curta aparição na TV, porém, o transformou numa figura política muito popular.

Março de 1994



Dada sua popularidade, Chávez, bem como os participantes dos golpes de 1992, foram anistiados - só lhes sendo vedado voltar para o exército. Chávez então começou uma caravana pela Venezuela querendo confirmar se sua possível candidatura à presidência seria válida.

1997 - 1998

Em 1997, Chávez fundou o Movimento Quinta República (MVR) para concorrer à presidência no ano seguinte. Sua retórica atraiu o apoio de vários movimentos da esquerda venezuelana. Sua base eleitoral foi então baseada nos venezuelanos de baixa renda, operários e até mesmo a classe média que perdeu seu padrão de vida devido às crises do petróleo que fizeram com que o país empobrecesse. Chávez foi eleito com 56% dos votos em 1998.



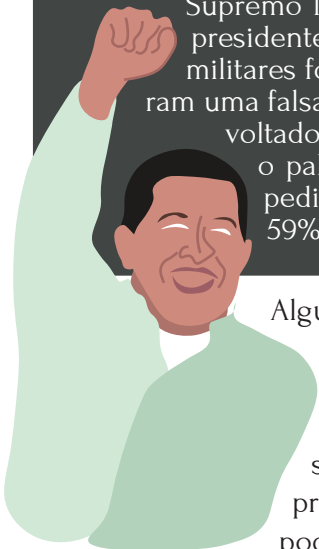
começo dos anos 2000



Após conseguir aprovar uma nova constituição para o país via referendo, Chávez participou de novas eleições em 2001, pelas quais ele foi reeleito com 60% dos votos. Inicialmente, o presidente Chávez não só teve seus antigos aliados e familiares (o que lhe rendeu acusações de nepotismo) em seu governo, mas também técnicos de centro e centro-direita de antigos governos.

Abril de 2002

Em 2002, foi a vez de Chávez experimentar um golpe de Estado. Forças militares sequestraram o presidente por 47 horas, dissolveram a Assembleia Nacional, o Supremo Tribunal, suspenderam a constituição de 1999 e instauraram o presidente da Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio como presidente do país. Os militares forçaram uma renúncia de Chávez, que não concordou. Mesmo assim, eles publicizaram uma falsa renúncia. A mídia mostrou-se a favor do golpe divulgando que a “democracia havia voltado”. Logo a população se revoltou na capital Caracas e a guarda presidencial retomou o palácio do governo, restaurando o governo de Chávez que requereu à oposição que pedisse um plebiscito para questionar se ele deveria continuar sendo presidente ou não. 59% da população votou a favor da continuação de Chávez na presidência.



Alguns autores afirmam que o golpe de 2002 foi o ponto de virada para o regime bolivariano de Chávez. Desde então, mesmo tendo ganhado o plebiscito de permanência no poder, o regime teria endurecido as medidas em prol da “revolução do socialismo do século XXI”. Nos anos seguintes, medidas criticáveis foram tomadas pelo presidente e seus apoiadores. O número de assentos na Suprema Corte foi aumentado e juízes pró-governo foram nomeados. O parlamento, dominado por chavistas, aumentou os poderes presidenciais e ainda emendou a constituição de 1999 permitindo que o presidente se reelegesse indefinidamente. A democracia venezuelana passou, e continua passando por muitas dificuldades desde Chávez. Alguns autores preferem referir-se ao regime vigente na Venezuela como um “autoritarismo competitivo”, já que, mesmo sem liberdades garantidas, ainda há eleições recorrentes.

Caso do Brasil

Assim como Chávez, Jair Messias Bolsonaro é considerado uma figura polêmica, com declarações politicamente incorretas que ganham visibilidade nos espaços midiáticos nacionais e internacionais. Ao ganhar a eleição presidencial do Brasil, o militar reformado marca sua ascensão ao mais alto cargo do governo, saindo do “baixo clero” político, com pouca expressão na Câmara dos Deputados, à líder do executivo, em um contexto de ansia social por mudanças que solucionassem a crise nacional.

Bolsonaro estampa a chamada “nova direita”,

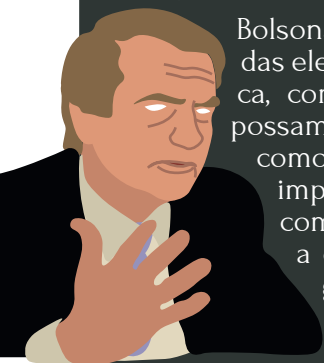
intelectualmente baseada em produções de Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, dentre outros intelectuais. Como terceira via aos “tucanos” e “petistas”, o bolsonarismo emerge durante o período eleitoral de 2018, com uma estratégia de propagação por meio de redes sociais. É um movimento (neo)populista, conservador e nacionalista, com traços religiosos, messiânicos e maniqueístas, que defende o modelo liberal capitalista e princípios morais tradicionais – fatores presentes na “velha direita” –, ao mesmo tempo que abraça benefícios trazidos pelas políticas sociais de esquerda, com apoio direto à democracia e às liberdades dos indivíduos.

Pela perspectiva de Levitsky e Ziblatt para identificar um viés autoritário em candidatos políticos, são descritos abaixo fragmentos da atuação de Bolsonaro.

Bolsonaro à luz dos indicadores de Levitsky e Ziblatt

1

Rejeição das regras democráticas



Bolsonaro contesta a legitimidade das eleições feitas com urna eletrônica, com uma desconfiança de que possam ser fraudadas, defendendo como solução a adoção do voto impresso. Apesar de afirmar seu compromisso com a democracia e a constituição em seu plano de governo, resgatando a liberdade, considerada como bem mais precioso de qualquer cidadão, Bolsonaro explicita seu apreço pelo período de ditadura militar (1964-1985), afirmando ser de plena liberdade e direitos humanos para a população, nega a existência de um golpe e enaltece figuras do regime, como o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

2

Negação de legitimidade dos oponentes

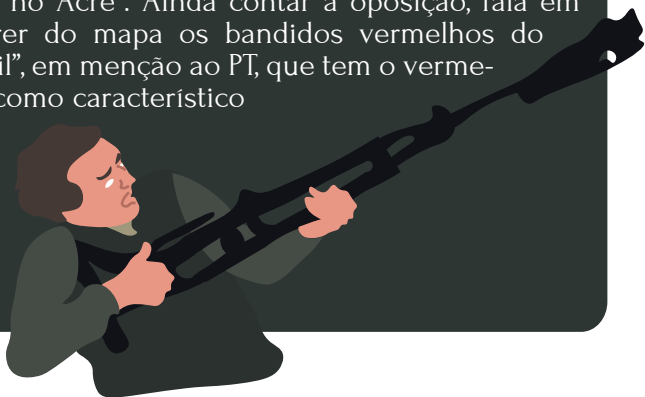
Em vários discursos, os ataques político-partidários de Bolsonaro utilizavam um tom alarmista ao enquadrar personagens políticos ‘da esquerda’ como ameaça ao país, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus representantes, como Fernando Haddad, Dilma Rousseff e sobretudo Luiz Inácio Lula da Silva. Como estratégia de deslegitimação, faz insinuações com informações enganosas ou imprecisas, associando os agentes políticos de esquerda a crimes como pedofilia, além de vinculá-los ao comunismo, suposta ameaça maior, que precisa ser aniquilada.



3

Tolerância ou encorajamento à violência

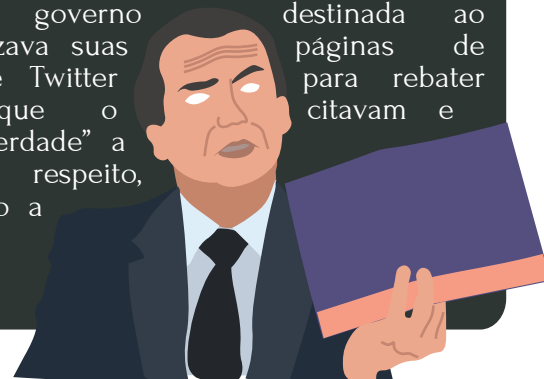
O fato de Bolsonaro em seus discursos enquadrar a esquerda como criminosa em si já incita violência. Em exemplo mais explícito, fazendo gesto de fuzilamento, Bolsonaro proclama no comício realizado no Acre “nós vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre”. Ainda contar a oposição, fala em “varrer do mapa os bandidos vermelhos do Brasil”, em menção ao PT, que tem o vermelho como característico



4

Propensão a restringir liberdades

Nesse aspecto, cabe citar os ataques e estratégias de deslegitimação que Bolsonaro utilizou em relação as mídias de informação, negando a veracidade das notícias que produzem. Ataca a Folha de São Paulo, chamando o jornal de “maior fake News do Brasil”, ameaçando cortar a verba publicitária do governo destinada ao jornal. Utilizava suas páginas de Facebook e Twitter para rebater notícias que o expor “a verdade” a seu respeito, desvalidando a imprensa.



Como presidente, Jair Bolsonaro atua como presidente desde 2019, cercado de controvérsia que o ligam a rede de milicianos, que explicitam declarações homofóbicas e racistas, que incitam em seus eleitores a intervenção militar como alternativa para estabelecer a ordem pública. Foram as declarações

polêmicas que deram visibilidade a sua atuação como deputado federal de baixo clero. Abaixo, alguns pontos sobre sua trajetória de capitão a presidente.

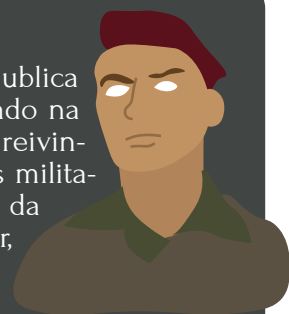
Anos 1970

Bolsonaro inicia sua carreira militar na Academia Militar das Agulhas Negras em 1974, formando-se em 1977 forma-se em Ciências Militares, especializado em paraquedismo e arma de artilharia. Ocupa o posto de capitão do 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista



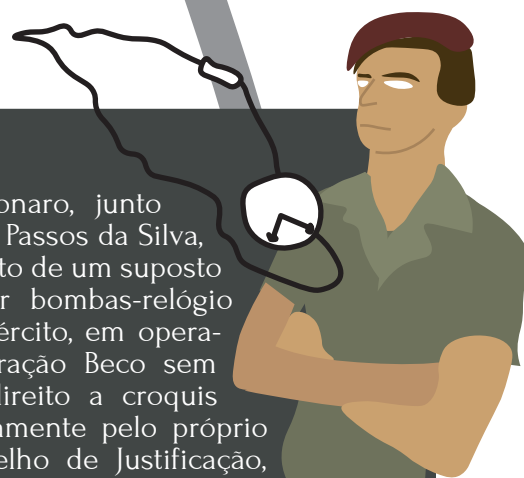
1986

Sua primeira visibilidade pública decorre do seu artigo publicado na revista "Veja" em 1986, ao qual reivindicava ajuste aos salários dos militares. Em um caso de quebra da hierarquia e disciplina militar, ao expor questões internas sem autorização de seus superiores, Bolsonaro é preso por 15 dias.



1987

Em polêmica, Bolsonaro, junto com o capitão Fábio Passos da Silva, foi tido como suspeito de um suposto plano para explodir bombas-relógio em unidades do Exército, em operação chamada "Operação Beco sem Saída", que tinha direito a croquis desenhados supostamente pelo próprio Bolsonaro. O Conselho de Justificação, em investigação interna, considerou os capitães culpados, e o caso foi parar no STM, que acabou inocentando os dois.



1988 - 2018

A trajetória política de Jair Bolsonaro tem início em 1988, quando foi eleito para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A maior parte de sua carreira, porém, é no cargo de deputado federal possuindo 27 anos de atuação, saindo apenas para assumir a Presidência. Na Câmara dos Deputados, passa por oito partidos (PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC e PSL), tendo apresentado 175 proposições (projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de emenda constitucional), com três aprovadas.



Bolsonaro usou durante todo o tempo de sua campanha medidas que acendem o alerta da personalidade autoritária descrita por Levitsky e Ziblatt. Desde o começo de seu mandato, o atual presidente brasileiro tem tomado decisões que visaram a "acabar com o mal instaurado pelos governos anteriores". Por outro lado, o Brasil entrou em uma crise político-institucional que gerou temores de quebra da ordem democrática e de agravamento da polarização política que, em algumas situações, chegou a causar tumultos violentos.

Sendo ele próprio vítima da polarização política acentuada no país, já que sofreu uma facada durante a campanha presidencial, Bolsonaro encarna uma "cruzada" imaginária contra o que ele e a nova direita brasileira chamam de "comunismo" - um termo que tem ficado absurdamente abrangente nos últimos meses, indo desde personalidades da extrema-esquerda até qualquer opositor às falas do presidente.



O Brasil vai virar a Venezuela?

análise

Análises comparando o chavismo ou bolivarianismo ao que vem acontecendo no Brasil governado por Bolsonaro desde 2018 pululam nos jornais. De fato, como apresentados aqui, há muitos pontos que ligam o antigo presidente venezuelano e o atual brasileiro. Não somente suas origens do campo militar, mas o tom do discurso e a polarização que ajudaram a fortalecer e, ao mesmo tempo, se alimentaram para sobreviver durante seu tempo no poder. Há quem diga que Chávez e Bolsonaro são duas faces de um espelho, estando o primeiro no extremo da esquerda e o outro no extremo da direita.

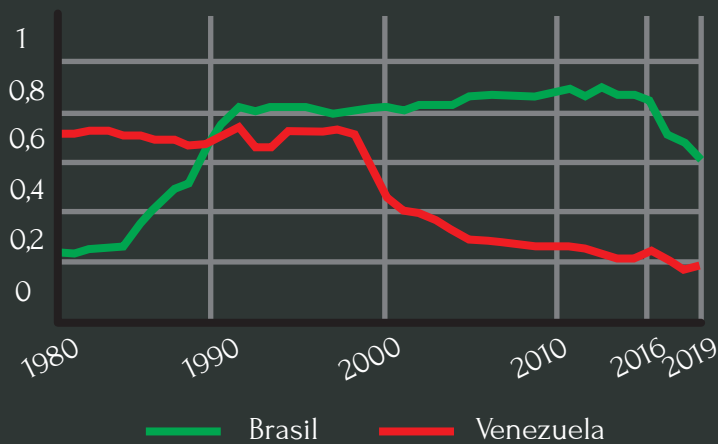
Muitos no Brasil ainda defendem e veem o governo bolivariano implantado por Chávez, e continuado por seu sucessor Maduro, como um exemplo de democracia. Há quem diga mesmo que esse tipo de regime seja o ideal para a América do Sul, porque representariam a única forma de governo popular, atendendo às classes mais baixas da sociedade, que o subcontinente poderia observar. No entanto, é possível perceber que quaisquer conquistas alcançadas mesmo indo contra os princípios democráticos

acabam tornando-se um pesado fardo a ser carregado, como se observa atualmente na Venezuela. Do lugar de o país menos desigual da América Latina em 2010, segundo o grupo Open Democracy, o país passou por uma implosão de qualidade de vida. Mesmo tendo conseguido diminuir o número de 54% da população vivendo na linha da pobreza, em 2003, para 26,4% em 2009, o país passou a seguir em uma curva crescente novamente, atingindo os 33% da população vivendo na pobreza em 2015, segundo a base de dados Our World in Data.

Como aponta o índice da democracia liberal formulado pelo projeto V-Dem, este tipo de regime tem caído vertiginosamente desde o final dos anos 1990. Isto significa que a Venezuela tem diminuído a proteção aos direitos individuais dos cidadãos e o Estado tem passado a ter mais força frente à população, quebrando uma tendência dos anos 1980 e 1990, onde a democracia no país apresentava-se estável. Este cenário garantiu ao regime venezuelano a taxação de “autoritarismo competitivo”, para alguns acadêmicos. Este conceito é descrito por Steven Levitsky (2010, p. 5) como sendo “regimes civis onde instituições democráticas existem formalmente e são amplamente vistas como o meio primário de ganhar poder, mas no qual os abusos dos titulares no uso do Estado os coloca numa posição de vantagem frente a seus oponentes”. Estes regimes são competitivos apenas porque têm eleições, mas não são vistos como democracias, porque “o campo está fortemente enviesado em favor dos titulares”. Levitsky conclui que a “competição é real, mas injusta”.

Olhamos, então, para o Brasil. O país que atravessou a crise de 2008 relativamente bem, aumentando seu PIB de US\$ 1,69 bi em 2008 para US\$ 2,61 bi em 2011, enquanto teve seu índice Gini em constante queda desde 1996, alcançando o mínimo de 0.51 (onde 0 apresentaria uma desigualdade zero entre a população), segundo dados do Banco Mundial. No índice V-Dem, a democracia brasileira também se fortaleceu desde o começo da década de 1990, ultrapassando até mesmo a venezuelana no mesmo período. No entanto, a crise político-financeira de 2015 jogou o Brasil na instabilidade. Com a desigualdade voltando a crescer e a democracia liberal decaindo, a eleição de uma figura à la Chávez da direita vem pondo em xeque o regime liberal brasileiro e agravando as crises política, financeira e social. O caminho trilhado é parecido, se o destino será o mesmo ainda permanece incógnito.

Evolução do índice de democracia liberal do projeto V-Dem



A escala que vai de 0 a 1 mede o princípio liberal da democracia que dá ênfase à importância da proteção dos direitos individuais e das minorias contra a tirania do estado e da maioria. O índice também toma o nível da democracia eleitoral em conta, que analisa a responsabilidade dos representantes aos cidadãos e onde há competições eleitorais e defesa dos direitos civis e de livre expressão.

Acesse v-dem.net para mais

Populismo vs. Neopopulismo?

Como visto nas seções anteriores, o bolivarianismo e o bolsonarismo são fenômenos que englobam características variadas, sendo utilizados, dentre outras denominações, os termos populista e neopopulista. Mas quais são os aspectos que giram

torno dos conceitos? E o que diferencia “velho populismo” do “novo populismo”?

2

Utilização do termo em diferentes contextos históricos

Nos Estados Unidos, o termo populismo foi utilizado para caracterizar as preocupações de pequenos comerciantes rurais geradas com as crises do sistema monetário no século XVII. Já na Europa, referia-se a movimentos de ideologias antiliberais que surgiram no pós 1ª Guerra Mundial no continente, em especial por meio dos regimes fascistas nos anos 1930. Na América Latina, o termo foi utilizado para identificar movimentos políticos de lideranças de massas, a partir dos anos 1920 e 1930 (CARNEIRO, 2009; BAQUERO, 2010)

1

Imprecisão de conceitos

Vários autores apontam a imprecisão da conceituação de populismo, com perspectivas de cunho mais econômico e outros com viés mais político, como estratégia ideológica ou de discurso (CARNEIRO, 2009; BAQUERO, 2010). De acordo com Louçã (2018), o termo tem sido utilizado para definir movimentos historicamente diversos: alguns com bases populares mobilizadas contra as elites, outros embutidos nos aparelhos estatais; com casos de protestos contra a ordem vigente e outros com imposições da parcela social dominante; com demonstrações que favorecem a representação eleitoral e outros que buscam dispensar as urnas. Com isso, o autor busca mostrar os significados múltiplos ou contraditórios do conceito.



3

Fatores que engloba

Reunindo conceitos de alguns atores para uma compreensão mais geral sobre, refere-se ao populismo como um movimento político comumente associado a um discurso estratégico de mobilização e organização, que busca o apoio popular ao proclamar a defesa dos interesses de um certo povo (antiplural) frente à dominação imposta por uma determinada elite política e intelectual (antipolítico ou antiestablishment). Os líderes populistas, de personalidade carismática, sobrepõem-se aos partidos e projetos políticos que lhes são vinculados, e podem utilizar retóricas de outros movimentos, como socialismo, nacionalismo e até mesmo o liberalismo (CARNEIRO, 2009; BAQUERO, 2010; CORONATO; GUARIGLIA; MELO, 2020; MÜLLER, 2017 apud NETO, 2019).

4



E o neopopulismo?

Neopopulismo é a denominação utilizada para referir-se aos novos movimentos populistas originários na América Latina compatíveis com o neoliberalismo em contexto democrático (CARNEIRO, 2009). Assim como no “velho populismo”, busca-se o apoio da população, com a diferença de que pode utilizar políticas públicas assistencialistas para agregar suporte (BAQUERO, 2010). Entretanto, de acordo com Taguieffe (2007, apud NETO, 2019), no neopopulismo parece predominar a defesa da ordem dominante (status quo), se sustentando por aqueles que são favorecidos pelo sistema, não se preocupando efetivamente com setores socialmente excluídos. Por essa nuance, não pode ser visto como completamente antielitista.

II **SIMPORI**

Da perspectiva do sistema-mundo de wallerstein ao pensamento decolonial de quijano: um caminho sobre o lugar da periferia

Autor: Igor Palma Barbosa

Publicação: 2019 - Anais do II Simpósio de Pesquisa em Relações Internacionais “Poder, Violência e Liberdade nas Relações Internacionais”

O universo teórico mainstream das Relações Internacionais tem colocado os Estados como atores unitários entendidos em termos de suas capacidades para realização de seus próprios interesses. Diante dessa prerrogativa, as distinções entre atores cênicos e periféricos dentro do sistema internacional encontrou ambiente quase inóspito de teorização para os teóricos estruturalistas. Com o objetivo de pensar o lugar da periferia e as condições para a reprodução do seu atraso, este trabalho se propõe a evidenciar a ponte existente entre o pensamento dos dois autores como tentativa de elucidar a importância de questões como as desigualdades sociais e o atraso tecnológico para entender as desvantagens estruturais entre centro e periferia. Dessa forma, a partir de uma breve revisão bibliográfica realizada pelo autor, conclui-se que a crítica a racionalidade eurocêntrica e a divisão do trabalho que marcou o nascimento de um sistema capitalista desigual representam os pontos de convergência de grande relevância entre as obras do Wallerstein e Quijano para o entendimento das condições de atraso da periferia.

Publicado em <https://www.simporiufu.com/anais> (pp. 182-200)



Relações Internacionais

Em Nome de Deus: a Política Externa do Irã Pós-Revolução e a Atuação do Líder Supremo no Fim da Guerra Irã-Iraque

Autores: Caio Ponce de Leon R F, Lucas Barbosa

Publicação: 2020 - Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

O trabalho busca explorar brevemente o processo de tomada de decisão que levou ao cessar fogo na Guerra Irã-Iraque, como foco na atuação de um líder predominante, o aiatolá Sayyid Ruhollah Khomeini. A fim de analisar o papel do regime iraniano por meio de seu Líder Supremo durante o conflito, são discutidos o papel da religião em política externa, bem como o processo histórico que se desenvolveu no Irã, levando à derrocada do xá e adoção do regime teocrático de Wilayat-al-Faqih. O artigo demonstra como as desavenças entre o aiatolá Khomeini e o então ditador iraquiano Saddam Hussein fizeram crescer as tensões entre os dois países, levando à guerra declarada pelo governo iraquiano e como o conflito foi capitalizado para a Revolução Iraniana e usado para consolidar o novo poder por meio da união nacional contra o invasor externo.

DOI: 10.22478/ufpb.2318-9452.2020v7n13.42525



Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais

Autor: Henrique Zeferino de Menezes (organizador)

Publicação: 2020 - Editora UFPB

O livro “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais” apresenta um panorama da Agenda 2030, destacando as agendas de pesquisa, as problemáticas e dinâmicas políticas e econômicas internacionais que incidem sobre a implementação dos ODS. Cada capítulo traz uma análise de cada um dos objetivos, além de uma discussão sobre territorialização dos ODS.

O livro está acessível para download em:

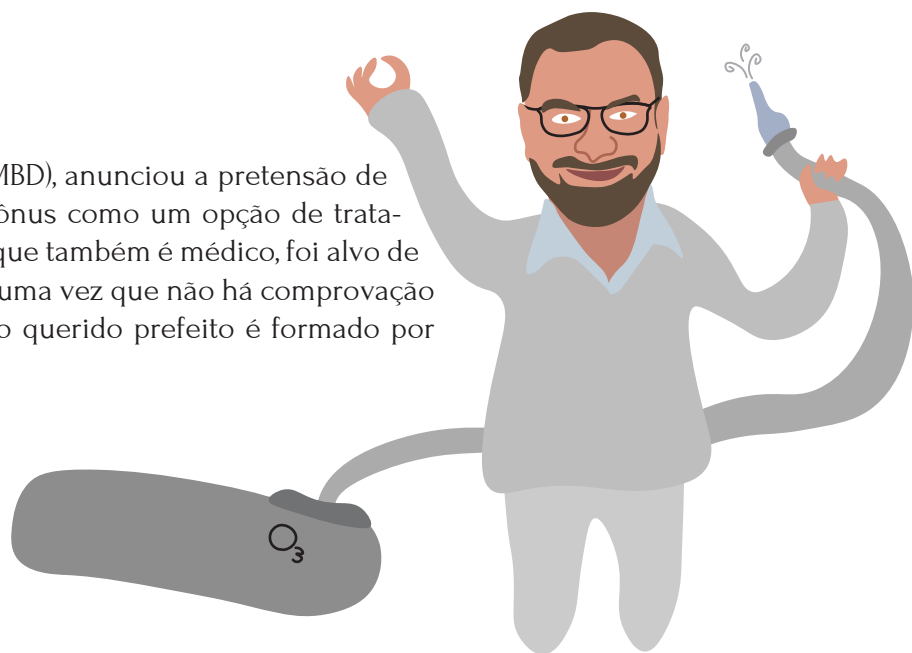
<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/581>

No mundo das RI também acontecem muitas bizarrices. Veja abaixo algumas das que aconteceram recentemente!

Tratamento retal para Covid-19

Onde: Brasil

O prefeito de Itajaí (SC), Volnei Morastoni (MDB), anunciou a pretensão de adicionar a administração de ozônio pelo ânus como um opção de tratamento à Covid-19 no município. O prefeito, que também é médico, foi alvo de críticas por parte de profissionais da saúde, uma vez que não há comprovação científica do método sugerido. Sim, o nosso querido prefeito é formado por uma federal em medicina.



Recompensa via postagem

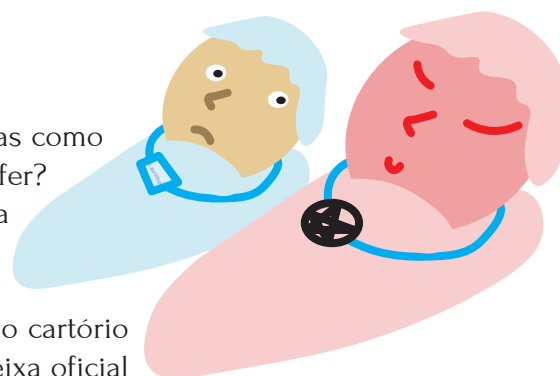
Onde: Ucrânia

Imagine as responsabilidades de um chefe de governo: planejar, administrar, governar... e indicar filmes. A última responsabilidade acaba de ser acrescentada após o inusitado acontecimento envolvendo o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski. Após um homem armado fazer 13 pessoas de reféns e solicitar uma conversa com o presidente, essa foi a curiosa exigência do sequestrador: que o líder ucraniano fizesse uma postagem em suas redes sociais recomendando o documentário Terráqueos. Narrado por Joaquim Phoenix, o último ator a dar vida ao Coringa, o documentário aborda os abusos contra animais.

Nomes polêmicos

Onde: Reino Unido

Se alguns batizam seus filhos com o nome de figuras religiosas como Jesus e José, por que não batizar uma criança com o nome Lúcifer? Provavelmente foi esse o pensamento que passou pela cabeça de Dan e Mandy Sheldon, um casal britânico que resolveu dar um nome único ao seu filho. Entretanto, o desejo não se realizou de maneira fácil. Após a resistência de uma funcionária do cartório da cidade de Derbyshire, o casal teve que entrar com uma queixa oficial para conseguir o registro da criança.



Nesta edição, analisamos como o desenho animado “Avatar: A Lenda de Korra” apresenta situações que podem ser analisadas a partir das lentes das Relações Internacionais. A animação lançada pelo canal americano Nickelodeon em 2012, apresenta uma continuação de “Avatar: A Lenda de Aang” que também aborda outras questões que também renderiam análises como esta.

No seriado, os humanos podem dominar elementos (água, ar, fogo e terra) e se dividem em Estados-nação de acordo com seu elemento - com exceção dos dominadores de ar que passaram por um genocídio. Veja abaixo o desenvolvimento das temporadas e as teorias que podem ser associadas - no geral, sem spoilers! Você pode encontrar o desenho na Netflix.

Temporada 1 “Ar”

1

Quando Korra, o avatar, chega à Cidade-República, capital do país “República Unida das Nações”, ela se depara com um protesto dos “igualitaristas” que pretendem promover a igualdade entre os dominadores e não dominadores.



2

Visando a acabar com a opressão dos dominadores sobre os não-dominadores, o líder do movimento igualitarista, Amon, revela em uma reunião secreta que desenvolveu um método que lhe permite retirar o poder dos dominadores. Ele começa a sequestrar dominadores para forçar-lhes a serem “igualizados”. Amon é considerado um terrorista e é procurado pela polícia por querer subverter a ordem do país.

Identifica-se rapidamente uma ideia parecida à do comunismo na ação dos igualitaristas. Por mais que haja dominadores e não-dominadores ricos e pobres, a existência desse poder acaba gerando um tipo de casta ou classe social que se torna preponderante no país. O governo também é composto apenas por dominadores, fazendo com que os não-dominadores não tenham nem mesmo representação política - o que muda com a implantação do presidencialismo e da democracia no país no fim da temporada. Sem spoilers, passemos à 2ª temporada.

1

Depois do assassinato da Rainha da Terra, o Reino da Terra caiu em anarquia e se fragmentou, sobrando apenas gangues que extorquiam cidadãos sem proteção. Uma junta de dominadores de metal foi montada para reunificar o país e reestabelecer a ordem e a monarquia. Kuvira, uma ex-guarda de uma das cidades do reino, foi escolhida para chefiar a junta.



Temporada 4 “Equilíbrio”

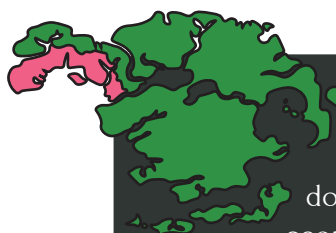
2

Kuvira, porém, passa a condicionar a proteção das regiões contra gangues e o reestabelecimento da ordem à declaração de lealdade dos governadores locais a ela pessoalmente e não à monarquia e ao Reino da Terra. Se esta condição não for aceita, ela prende os governadores e ataca as cidades até que elas se rendam.



3

Após subjugar o território do antigo Reino da Terra, Kuvira anuncia que se tornará a líder do novo “Império da Terra”. Em seguida, ela reivindica o território da República Unida das Nações e declara guerra ao país para finalizar a conquista de todo o continente.



Temporada 2 “Espíritos”

1

Na segunda temporada, Korra deve dominar o lado espiritual do Avatar - já que ela deve funcionar como “ponte” entre os humanos e os espíritos. Seu tio, chefe da Tribo da Água do Norte, tenta convencê-la a tê-lo como seu mestre, já que ele afirma dominar os espíritos.



2

Unalaq, tio de Korra, depois de convencê-la a seguir seus ensinamentos, usa sua influência para dominar a Tribo da Água do Sul - território dominado por seu irmão - causando uma guerra civil. Posteriormente, ele afirma querer liberar um antigo espírito que “equilibraria” o mundo e traria paz a todas as nações.



3

Unalaq, porém, revela posteriormente seu interesse em liberar o antigo espírito de Vaatu, assim como fazer com que os espíritos vivessem entre os humanos. Ele usaria seus poderes para conquistar os demais países do mundo e dominá-los através da submissão das pessoas aos espíritos - e a ele.

Diferentemente das demais temporadas, esta é a que talvez se afaste mais na nossa lente das RI. Porém, pode-se fazer uma comparação entre a dominação de Unalaq por meio dos espíritos àquela feita pelos governos teocráticos que impõem à(s) sociedade(s) que controlam os costumes e o governo ditado a partir do que pregaria as inscrições divinas. Assim como Unalaq se apresenta como aquele que sabe controlar os espíritos e como quem “segue as leis naturais”, também o faziam os líderes religiosos que diziam interpretar as vontades das divindades a fim de subjugar populações.

Temporada 3 “Mudança”

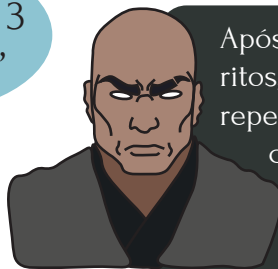
1

Após os eventos da segunda temporada envolvendo os espíritos, ao redor do mundo várias pessoas tornaram-se de repente dominadoras de ar - povo que passou por um genocídio e, por isso, só contava com 4 membros. Uma das pessoas que recebeu as novas habilidades foi o criminoso Zaheer que usou seu novo poder para fugir de sua prisão de segurança máxima.



2

Após fugir de sua prisão, Zaheer liberta seus companheiros que também estavam presos. Eles formam o grupo “Lótus Vermelho” que acredita que os problemas da humanidade são os governantes das nações. Eles acreditam que as pessoas devem viver naturalmente sem governos e sem líderes e, por isso, é seu dever acabar com as classes altas e seus governantes.

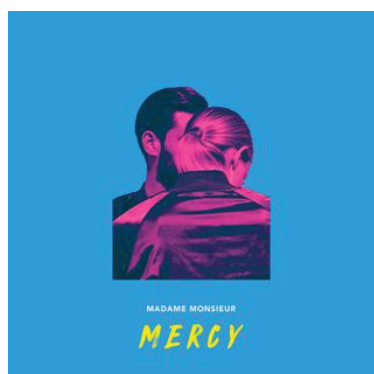


3



O Lótus Vermelho escolhe o Reino da Terra para começar sua campanha pela “liberdade” das pessoas. Na capital do reino, Ba Sing Se, que é dividida em classes sociais - com os pobres mantidos nas periferias e os ricos no centro divididos por muros, Zaheer assassina a Rainha da Terra e destrói os muros que dividiam as classes sociais.

O Lótus Vermelho se baseia claramente na ideia da anarquia como a ordem correta para a humanidade. Por mais que a anarquia internacional seja um princípio observado nas RI - já que não existe um governo mundial que controle os países - e não signifique o caos mundial, a falta de controle estatal dentro dos países é vista normalmente como a instauração de um estado de natureza violento levando ao caos social e à guerra de todos contra todos.



Mercy

o que: música

onde: Spotify

a música composta pelo grupo musical francês Madame Monsieur para a edição de 2018 do festival Eurovision denota uma temática complexa: a crise de refugiados. A inspiração para a letra foi o nascimento de um bebê a bordo do navio de resgate Aquarios, operado pela organização humanitária SOS Mediterrâneo. A menina recebeu o nome de Mercy, que em inglês significa "misericórdia", e em francês "obrigada(o)"

Babylon Berlin

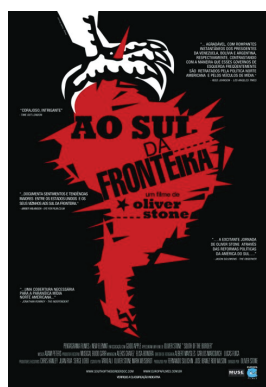
o que: série

temporadas: 3 (28 episódios) ano: 2017 - 2020

onde: GloboPlay

duração de episódio: 1 h

Babylon Berlin faz os espectadores viajarem no tempo de volta à Berlim dos anos 1920. A época em que a Alemanha, sob o regime da República de Weimar, vivia uma situação turbulenta na política e na economia. Mesmo com um Estado liberal, como se pode ver pelas grandes festas e liberdade sexual apresentadas na série, a pobreza já se apresentava como um grande problema na jovem democracia alemã pós-Primeira Guerra. O seriado acompanha o inspetor Geron Rath de Colônia que começa a investigar casos sexuais envolvendo políticos e acaba se envolvendo em uma investigação que envolve russos, comunistas e um exército clandestino que está se formando para dar um golpe de Estado, visando a restabelecer a monarquia absolutista no país. Junta-se, posteriormente a ele, a destemida Charlotte Ritter, que deseja ser também inspetora, num contexto em que as mulheres são apenas secretárias na polícia criminal alemã. Os fatos narrados se passam em 1928/29, mas o foco da terceira temporada é nos anos 1929, onde o seriado mostra o começo da ascensão do nazismo como uma força política no país.



Ao Sul da Fronteira (South of the Border)

o que: documentário

duração: 77 min

onde: YouTube (<https://bit.ly/SulFronteiraDoc>) ano: 2010

Ao Sul da Fronteira é um documentário político dirigido por Oliver Stone. Lançado em 2009, o documentário entrevista lideranças políticas da América do Sul, ao mesmo tempo em que expõe como a imprensa estadunidense tratou a ascensão desses políticos.

Conte-nos o que está achando do DPolitik!



Queremos saber o que você está achando de nossa revista, suas sugestões e tudo que quiser nos dizer!

Siga-nos
no Instagram @dpolitik.br
no Twitter @dpolitik_br
ou entre em nosso portal
<https://dpolitik.com.br>